

REFLEXÕES SOBRE A EMERGÊNCIA CHINESA

Cesar Augusto Lambert de Azevedo¹

Introdução

Em maio de 2015, o Brasil recebeu uma comitiva da República Popular da China (RPC) liderada pelo primeiro-ministro Li Keqian. O resultado imediato foi a assinatura de um Plano de Ação Conjunta para o período de 2015 a 2021, composto de 35 acordos de cooperação². Vários segmentos foram contemplados: agricultura e pecuária; ciência e tecnologia (C&T); comércio; comunicações; energia; esportes; infraestrutura; meio ambiente; planejamento; e relações exteriores. Provavelmente o acordo que requererá estudos mais densos e de maior quantidade de recursos refere-se ao projeto ferroviário, por meio do qual se pretende ligar o porto de Açú, no norte fluminense com o de Ilo, no Peru. A sua realização poderá propiciar o escoamento de cargas de baixo valor unitário, como grãos, das áreas produtoras do centro-oeste brasileiro aos portos chineses, como o de Xangai. Para tanto, foi assinado o memorando de entendimento sobre estudo de viabilidade desse Projeto Ferroviário Transcontinental.

Outros três acordos relevantes para este artigo são os que se referem: à exportação de produtos pecuários brasileiros; ao financiamento para a empresa Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima – Petrobrás; e à exportação de minério de ferro. O primeiro permite a retomada das importações chinesas de carne bovina brasileira por meio de normas mais aceitas no campo da saúde animal. O segundo financia a petroleira brasileira para explorar campos

1 Professor na Faculdade de Campinas (FACAMP). Possui graduação em Ciências Navais pela Escola Naval e doutorado em Política e Estratégia Marítima pela Escola de Guerra Naval e em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, em área temática de Relações Internacionais. Pesquisa políticas externas chinesa e norte-americana. E-mail: csazv@terra.com.br

2 Conforme o Portal Planalto, de 20/05/2015, com matéria dedicada à ampliação chinesa de investimentos no Brasil.

marítimos em águas profundidas. Neste caso, a contrapartida poderá ser o fornecimento de petróleo à RPC, se tomarmos como modelo acordo anterior firmado em 2009: financiamento chinês de US\$ 10 bilhões e contrapartida de fornecimento de 150.000 barris por dia (bl/d) em 2009 e de 200.000 bl/d nos nove anos seguintes³. O terceiro acordo diz respeito a cooperações financeira e operacional no setor de mineração, a envolver a Companhia Vale do Rio Doce (Vale) e entidades chinesas. O valor total dos investimentos chineses nos 35 projetos é estimado em cerca de US\$ 53 bilhões, para um recorte temporal não determinado.

Não é valor trivial haver acordos bilaterais com alcance econômico de tal envergadura. Independentemente do período temporal a ser visualizado para o amadurecimento dos projetos, os desembolsos certamente acontecerão na medida em que os diferentes estudos mostrarem sua viabilidade, em especial a econômica. O projeto da ferrovia transcontinental, por exemplo, exigirá cuidadosos estudos de impacto ambiental e a elaboração dos consequentes relatórios de impacto do meio ambiente (EIA-RIMA). Esses estudos poderão determinar alterações de trajetos inicialmente estimados, transferência de populações (até mesmo de tribos indígenas, algumas ainda não estudadas), e obras de arte em engenharia para que se permita a transposição de largos rios da bacia amazônica. Considere-se, ainda, que o trabalho será realizado, em grande parte, no bioma amazônico onde, segundo Diegues (2002, 73) o clima é quente e úmido com temperatura média anual entre 24° centígrados (C) e 26° C e média de precipitação de chuvas anual entre 2000 milímetros (mm) e 3000 mm. Tais características exigirão soluções técnicas próprias para a implantação de uma via permanente segura e estável, e orçamento realista.

Embora não tenha sido detalhado o acordo de financiamento à Petrobrás, o modelo adotado pela RPC compromete as empresas estrangeiras a fornecerem petróleo para a RPC no período que for acordado. Visentini (2013, 72) identifica um “modelo angolano” que foi adotado por outros Estados africanos. Também ali é determinada a contrapartida em matérias primas à guisa de compensação do investimento realizado. A seguir esse modelo, a operacionalização deste acordo referente à Petrobrás contribuirá para que a RPC possa dispor de energia fóssil para os seus diversos fins. A metodologia de operacionalização do modelo é burocraticamente simples e enfatiza setores de infraestrutura, produção e abertura de vagas para universitários em instituições chinesas. Segundo Brautigam (2009, 11), no caso das obras de infraestrutura, a ajuda chinesa normalmente sinaliza com abertura de postos de

3 De acordo com o artigo Latin America and China's 'New Normal'- Analysis, publicado no sítio Eurasia Review, e com Patrick Howlett-Martin no seu artigo Chine-Brésil, une alliance fragile, publicado em Monde Chinois.

trabalho de baixo nível de qualificação para os nacionais locais. Os postos que exigem formação sofisticadamente qualificada são destinados aos chineses para o gerenciamento das obras e a utilização de máquinas e equipamentos chineses. Esse é o modelo adotado pela RPC nos países africanos. Compreende-se a metodologia aplicada nesses países que são pouco dotados de parques industriais. Seria tal modelo também aplicado pelos chineses no Brasil?

No caso da Vale, a continuação do fornecimento de minério de ferro aos chineses garantirá a estes a matéria-prima necessária à manutenção do funcionamento do seu parque industrial. E esse parque industrial requer energia para que o minério seja transformado em produtos diversos. A preocupação do governo chinês com fornecimento de minério de ferro não é recente. Howllet-Martin, no artigo citado, lembra os investimentos chineses em 2005 de US\$ 1,5 bilhões do grupo Baosteel no Maranhão; e outro de US\$ 3 a US\$ 4 bilhões da China International Trust Investment Corporation para ampliação do porto de Itaqui, também no Maranhão, juntamente com infraestrutura ferroviária para transportar soja dos estados do Piauí e Maranhão. Isto é, as iniciativas chinesas visam dotar as regiões, do seu interesse, de infraestrutura adequada para o escoamento de produtos primários necessários à satisfação da demanda interna da RPC. Em que medida essas iniciativas são estrategicamente úteis para o Brasil? Em que medida elas se diferenciam de outras pretéritas realizadas por europeus ao longo dos séculos XIX e XX?

Este artigo procurará responder a essas perguntas a partir da análise da motivação chinesa em busca das *commodities*: grãos, petróleo e minério de ferro. Para tanto, identificará fontes de dados que possam apontar para elementos que ajudem a explicar essa busca. Após, fixar-se-á nas recentes iniciativas governamentais chinesas que contribuam para a construção de argumentos necessários à demonstração da Grande Estratégia⁴ adotada pela RPC nas relações com os parceiros internacionais. Para tanto, há que se identificar os objetivos nacionais estratégicos chineses que justifiquem essa Grande Estratégia. Procurar-se-á reconhecer eventuais dissimetrias interpretativas chinesas respeitantes aos vizinhos, especialmente em áreas marítimas. E, aqui, serão abordados, apenas resumidamente, constrangimentos e parcerias experimentados pela RPC relacionados a poderes exógenos à região que possam contribuir para a análise.

Dado que o sistema político da RPC é caracterizado por um partido

4 Grande estratégia pode ser definida como um “projeto nacional de longo prazo dedicado aos aspectos de segurança nacional”, conforme Moura (2014, 112). Depreende-se, portanto, que a grande estratégia envolve um complexo de iniciativas ligadas a objetivos nacionais vitais à sobrevivência de uma nação.

hegemônico⁵, o Partido Comunista Chinês (PCCh), as decisões estratégicas são tomadas em nível de Estado, este tomado como referência neste artigo. Não seguirá, contudo, uma linha que privilegie o realismo político fundado no poder. Isto porque a busca chinesa pela satisfação de necessidades fundamentais - alimentos e energia (o minério de ferro depende de energia para a sua transformação) - por meio de acordos, procura comungar interesses comuns com parceiros. Logo, essa busca tem na cooperação a pedra angular na construção das parcerias. Afinal, um ambiente externo politicamente estável é determinante para a RPC continuar a receber os produtos vitais à sua sobrevivência. A cooperação determina reciprocidade, o que normalmente exige a retirada de barreiras alfandegárias ou não tarifárias⁶. A complementaridade pode ser aceitável, mesmo se a cooperação for qualitativamente assimétrica – por exemplo, *commodities* por manufaturados. Mas pode ser percebido como inaceitável se um dos lados entender que o seu parque industrial é neutralizado pela concorrência do parceiro. Motiva, assim, que se examine as relações sino-brasileiras. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

Gênese da Emergência

Os chineses constituem civilização milenar. A história chinesa ensina que as maiores preocupações dos governantes estavam na oferta de alimentos e na sua distribuição à população, além da proteção territorial frente aos povos do entorno. Confúcio⁷, nos Analetos (1997, 91) recomendava: “Aquele que administra os negócios públicos deve cuidar que não faltem víveres, que as forças militares sejam suficientes e que o povo nele confie”. Provavelmente, essa recomendação de Confúcio teria relação com a escassez de alimentos que frequentemente ocorria em face de catástrofes naturais e de guerras. E, apesar de ser um pensador que se preocupava com a paz nas relações sociais, não desconhecia a importância da defesa. Afinal, parte da sua vida corresponde a era dos Reinos Combatentes, entre 403 antes de Cristo (a.C.) e 221 a.C. quando a instabilidade política e a escassez de alimentos afligiam as populações.

5 O termo Hegemonia tem aqui o sentido de supremacia da capacidade intelectual e moral, em virtude do PCCh ser formalmente aceito como guia legítimo do povo.

6 As barreiras não tarifárias dizem respeito a restrições ao comércio internacional, geralmente tomadas unilateralmente, tais como quotas e licenças de importação, medidas sanitárias e fitossanitárias e medidas anti-dumping social ou tecnológicas. Há vasta literatura sobre o tema; pode-se sugerir Foschete (2001) e Thorstensen (2001) pela objetividade na abordagem.

7 Confúcio teria vivido de 551 a.C. a 479 a.C., segundo Fairbank e Goldman (2006, 64) e Cheng (2008, 65). Esta afirma que o nome Confúcio é uma latinização efetuada pelos jesuítas na China de ideogramas que tem som de Konfuzi (Mestre Kong).

É compreensível Swaine e Tellis (2000, x) defenderem que, ao longo da história chinesa, a Grande Estratégia tem perseguido três objetivos estratégicos inter-relacionados: preservação da ordem doméstica e do bem estar do povo em face dos diferentes constrangimentos sociais; defesa contra persistentes ameaças externas à soberania e integridade territorial; e obter e manter influência geopolítica ao longo da extensa fronteira. Pode-se afirmar que uma poderosa fonte de instabilidade social está na escassez de alimentos. Para uma população que mantém quantitativo elevado, a preocupação dos governos com a sua produção é especial. Acresça-se a este fator a limitação de terras agricultáveis ser, aproximadamente, de 12% do território da RPC, cujo total é de 9.600.000,5 quilômetros quadrados (km²)⁸. A área agricultável é a mesma há milênios, o que exige manejo do solo cada vez mais acurado.

Com efeito, a análise de Naughton (2007, 35 et seq.) respeitante à economia chinesa entre 1127 e 1911 identifica, para parte desse período, iniciativas sofisticadas que redundaram em elevada produtividade agrícola. No período, segundo ele, cerca de 90% da população sínica vivia no meio rural. Assim, a produção era extensiva em mão-de-obra empregada em pequenos lotes⁹. A sofisticação baseava-se em três fatores: variedades de sementes selecionadas; fertilização orgânica; e irrigação. Durante a dinastia Song (1127-1279) conseguiu-se crescimento mais rápido do arroz, de modo a que fossem obtidas duas ou três colheitas por ano, por unidade de área. A fertilização orgânica empregava estrume animal e humano, misturado a lodo e algas. O sistema de irrigação permitia aos trabalhadores controlar adequadamente a quantidade de água, de sorte a se obter boas colheitas. Uma rede de canais artificiais foi desenvolvida para permitir a eficiente distribuição tanto dos insumos agrícolas quanto da produção destinada aos silos públicos. Curvas de nível foram usadas em terrenos de topografia irregular.

Naughton avança informando que, por 400 anos, o sistema de produção agrícola chinês atendeu à demanda interna. Informa que a população era de 72 milhões de pessoas em 1400 e, em 1820, chegou a 381 milhões, o que corresponderia a 32% da população mundial. À época, o produto interno bruto (PIB) da China era cerca de 1/3 do PIB mundial. A elevação quantitativa da população associada à deterioração do sistema agrícola ao longo do tempo, por manutenção insuficiente, gerou persistente redução na oferta de grãos. A preocupação histórica voltou a ocupar a agenda dos governantes, simultaneamente a outro fator: a chegada de mercadores europeus no século XIX, além de portugueses, espanhóis e holandeses que já se relacionavam com a China

8 Conforme o Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE).

9 Os lotes, conforme Fairbank e Goldman (op. cit., 167), teriam área de, aproximadamente, 2428 metros quadrados (m²).

desde o século XVI. Os ingleses, principalmente, manifestaram insatisfação com o tradicional método *cash-and-carry*¹⁰ adotado pela China, com o pagamento por meio de prata. Segundo Babones¹¹, desde a década de 20 do século XVI até 1640, os navios ibéricos transportaram cerca de 100.000 toneladas (ton.) de prata à China¹². Deve-se pontuar que ela não tinha desenvolvido uma economia industrial¹³; esta só foi implementada a partir de 1912, já no período republicano. Dessas observações são tiradas duas conclusões parciais: a prata internalizada na China serviu, basicamente, para incrementar atividades agrícolas; e o aumento populacional chinês, ao longo dos últimos 500 anos, não pode ser creditado à industrialização, como normalmente se faz nas análises respeitantes aos países europeus.

As guerras do ópio são conhecidas da história. A sofisticada e orgulhosa civilização chinesa quedou-se ao Tratado de Nanjing, de 1842. Segundo Spence (1995, 169), o Tratado estipulava diversas indenizações aos britânicos: o Art. 3º determinava a transferência da ilha de Hong Kong para os britânicos “à perpetuidade”. As forças militares chinesas mostraram-se despreparadas para enfrentar o armamento das potências europeias e dos EUA. O Império do Meio não conseguiu manter a defesa do país e a integridade do seu território¹⁴. Pode-se afirmar que a presença europeia dentro do território chinês contribuiu fortemente para a derrocada da dinastia Qing, a última de uma longa lista. A proclamação da República da China foi em 1911. A maior parte do século XIX foi de privações para os chineses: restrições para deslocar-se por todas as áreas urbanas e limitações em prover a sua alimentação. Essas privações ajudam a explicar o número crescente de rebeliões ao longo do século XIX.

A China experimentou uma fase de dissensões internas nas décadas seguintes à proclamação da república. A divisão política doméstica entre nacionalistas e comunistas contribuiu para fragilizar a nação. A invasão japonesa na Manchúria em 1931 constitui marca histórica que se somou às ocupações europeias do século anterior. A superação ocorreu depois da derrota do Japão na última guerra mundial, em particular a partir de 1º de outubro de

10 Cash-and-carry pode ser traduzido por compra com pagamento à vista.

11 Artigo publicado na *Foreign Affairs* de junho de 2015.

12 A economia chinesa teria deixado, assim, de ser não-monetária, baseada em obrigações feudais e de trocas, por outra economia monetária com base no mercado.

13 Havia processos industriais rudimentares domésticos para a tecelagem do algodão e beneficiamento de chá e de seda.

14 Episódios históricos precedentes são a invasão, mongol com a implantação da dinastia Yuan, e a implantação da dinastia Qing, originária da Manchúria, região que, até 1644, não fazia parte da China.

1949, com a inauguração da República Popular, quando os chineses experimentaram uma nova etapa política e social. Reafirmou-se, na ocasião, a determinação das lideranças de restaurar o antigo orgulho. Mas as históricas preocupações com as invasões estrangeiras mostraram-se mais uma vez presentes com a Guerra da Coreia e, no final da década de 1960, com o contencioso fronteiro sino-russo. Na produção agrícola, a iniciativa de Mao Tsé-tung do Grande Salto para a Frente, em 1958, desarticulou a economia agrícola chinesa. A consequência foi a falta generalizada de alimentos. O número contabilizado de mortes por fome entre 1959 e 1961 varia. Gipouloux (2005, 64) replica quantitativos de fontes diferentes que vão de 16,5 milhões de pessoas a 30 milhões.

Portanto, desenvolver estratégia referente à produção e distribuição de alimentos para um contingente historicamente elevado como o chinês sempre se constituiu em preocupação dos governantes. Eventual desarticulação do sistema agrícola seja por efeitos naturais ou decorrentes de medidas equivocadas geraram fome; logo, constrangimentos sociais.

O Desafio da Segurança Alimentar

A partir de 1978, com a chegada do grupo liderado por Deng Xiaoping, o extraordinário crescimento do PIB chinês per capita¹⁵ permitiu que a população obtivesse crescente poder aquisitivo ao longo das décadas seguintes. Verifica-se, a partir daquela data até hoje, que o aumento do poder aquisitivo tem sido heterogêneo em dois níveis: litoral-interior; e campo-cidade. A população urbana do litoral tem obtido maiores rendas. As quatro modernizações implantadas por Deng Xiaoping – agricultura, C&T, defesa e indústria – foram iniciadas em sítios escolhidos no litoral. Isto é, o processo de modernização da RPC girou no entorno das chamadas zonas econômicas especiais (ZEE) próximas do mar. Apesar de vigorar o *hukou*¹⁶, a migração doméstica tornou-se crescente. Nos dois níveis citados acima, dois conjuntos de oposições apareceram no seio da sociedade chinesa: locais (*hukou* permanente) x estrangeiros (*hukou* temporário); e camponês (*hukou* agrícola) x cidadão (*hukou* não agrí-

15 O crescimento do PIB per capita entre 1978 e 2005 teria sido de 8,5% (Naughton, 140), 8,7 (Yasheng 2008, 254); entre 2008 e 2013, 8,3, de acordo com a OECD, capítulo 5, 2015. Lau (2015) informa crescimento de 8,6% entre 1978 e 2014.

16 Segundo Gipouloux (op. cit., 118), trata-se de um registro de residências. Quando foi implantado esse sistema na época de Mao Tsé-tung, a pessoa obtinha alimentos e trabalho somente onde estivesse registrada. Ao longo do tempo, observa-se menor eficiência no seu controle, a ponto de legiões de migrantes deixarem o campo, atraídos por melhores condições de trabalho nas cidades.

cola). Essas distinções contribuem para aprofundar o desnível qualitativo de renda. O antigo *flat equality* buscado por Mao foi de todo abandonado. Mas, de um modo geral, há crescente poder aquisitivo da população chinesa, tanto a urbana quanto a rural¹⁷. Yang, em matéria publicada no diário China Daily de 22/4/2015, informa que a renda da população rural chinesa alcançou, em 2014, 10489 Yuan (US\$ 1693) e da população urbana, 29381 Yuan (4743 US\$).

Reconheça-se, contudo, que a modernização da agricultura obteve bom sucesso. A iniciativa de Deng Xiaoping em retornar a histórica unidade produtiva do campo para a familiar – revogando a implantação da produção agrícola com fulcro em comunas – revelou-se exitosa. A simples possibilidade de as unidades familiares poderem comercializar nos mercados das aldeias e vilas o excedente entregue ao Estado aumentou a produção agrícola chinesa. Para ilustrar esta afirmação, Gipouloux (2007, 70) mostra que a produção cerealífera chinesa cresceu de 304,77 milhões de ton. em 1978 para 469,47 milhões de ton. em 2004. A produção chinesa de cereais em 2014 foi estimada em 492,8 toneladas métricas (ton³), segundo o Departamento de Agricultura dos EUA.¹⁸

Observa-se, portanto, um processo acelerado de urbanização do povo chinês¹⁹. Deve-se alertar, contudo, que não é correto atribuir-se o processo de urbanização somente à migração campo-cidade; ele é consequente, em especial, de redefinições do perímetro urbano determinadas pelo crescimento populacional na RPC. A derivada primeira desse processo é a redução das franjas de terras agricultáveis dos entornos urbanos, a reduzir a área produtora de alimentos. Ou seja, há a concorrência de três fatores confluentes a pressionar a produção doméstica de alimentos na RPC: o crescimento populacional; a redução de áreas plantadas; e o aumento do poder aquisitivo das

17 De acordo com Gipouloux (op. cit. 216) e com Naughton (op. cit. 210), entre 1978 e 2004, o aumento da renda média das famílias rurais foi de 587,2%, e das famílias urbanas, de 553,9%, preços em referência a 2004.

18 O Departamento de Agricultura dos EUA (USDA em inglês) equivale ao Ministério da Agricultura brasileiro. O documento que informa o valor da produção chinesa de cereais anota também as produções de outros: EUA, 439,3 ton.; Índia, 238,7 ton.; Rússia, 100,1 ton.; Brasil, 99,1 ton.; outros, 744,2 ton. Portanto, por esses quantitativos, o Brasil é o quinto maior produtor de cereais no mundo. A Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD em inglês) e a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO em inglês), no seu Highlights 2013-2022 previu 478,8 ton. para a RPC.

19 Pode ser visualizada graficamente essa informação no sítio da Organização das Nações Unidas, na página da Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. Por meio dele, visualiza-se a interseção das curvas das populações rural e urbana no ano de 2015, quando a população nas cidades passa a suplantá-la rural; muda-se, a partir daí, o paradigma demográfico histórico chinês.

pessoas, que passam a diversificar a dieta²⁰. Reforça-se, assim, o argumento de que as pressões sobre os governantes para ofertar de alimentos seguem fio condutor histórico, com a magnitude do contingente populacional, em 2014, de 1.367.820.000, segundo o Escritório Nacional de Estatística da RPC.

O Desafio da Segurança Energética

A modernização da indústria constituiu corolário virtuoso à implantação das zonas econômicas especiais. A absorção de tecnologias novas e processos produtivos advindos do exterior transformaram a RPC na “fábrica do mundo”. Com efeito, os chineses desenvolveram o setor secundário da sua economia nos últimos 37 anos com eficiência incomum. Os produtos industrializados chineses são encontrados nos mais diferentes mercados. E a sua qualidade está a conquistar consumidores. Os manufaturados chineses já competem com os de outras origens não somente pelos preços comercializados, mas pela confiabilidade e durabilidade. Foi um aprendizado desenvolvido a partir das modernizações, já citadas, redigidas por Deng Xiaoping e por Zhou Enlai e anunciadas por este no IV Congresso Nacional do Povo em janeiro de 1975 (Bergère, Bianco and Domes 1990, p. 81; Mazzetti 2000, 81; Marti 2007, 281; Gao 2011, 321) e praticadas no governo de Deng Xiaoping a partir de 1978.

Contudo, a matriz energética da década de 70 do século XX, calcada no uso intensivo do carvão, mostrou-se crescentemente incapaz de sustentar o desenvolvimento industrial do país. A flexibilidade do emprego de derivados de petróleo frente ao carvão passou a exigir maior produção doméstica de óleo. É certo que o carvão ainda é a fonte mais usada para térmicas geradoras de eletricidade e para aquecimento no inverno nos imóveis do interior, de acordo com a Administração da Informação sobre Energia do governo norte-americano²¹. Mas o parque industrial cada vez mais sofisticado consome derivados de petróleo. Acresça-se o incremento dos modais de transporte que também consomem esses derivados. Atualmente, as curvas de procura e de produção doméstica afastam-se cada vez mais²². Segundo essa fonte, em 2014, a produção chinesa de petróleo foi de 4,23 milhões de bl/d, para um consumo

20 O sítio da Organização para a Economia e Cooperação e Desenvolvimento (OECD), e Organização para Alimentos e Agricultura das Nações Unidas mostra gráficos que ilustram claramente a procura por diversificação do consumo de alimentos, contemplando maior percentual de proteínas de origem animal.

21 US Energy Information Administration em inglês. A análise apresentada pelo relatório, de maio de 2015, aponta que 65% da energia consumida na RPC tem origem no carvão.

22 Idem

de 10,7 bl/d. Referente à produção de gás liquefeito de petróleo, em 2013, foi de 4,1 trilhões de metros cúbicos (tmc.) frente ao consumo de 5,7 tmc.

A solução buscada pelo governo da RPC tem sido a importação de petróleo e gás. Três regiões são fornecedoras à RPC: Oriente Médio e Ásia Central (inclui Rússia); África; e América do Sul. Os dirigentes chineses diversificaram, pois, as fontes de fornecimento nessas três regiões. Em 2014, os maiores fornecedores de petróleo, em percentuais, foram: Arábia Saudita (16%), Angola (13%), Rússia (11%), Omã (10%), Irã e Iraque (9%), Emirados Árabes Unidos e Venezuela (4%), Colômbia e Kuwait (3%), e Brasil, Congo, Sudão do Sul e Cazaquistão (2%); outros fornecedores completam os 10% restantes²³. Uma conclusão parcial emerge dessa busca chinesa por combustíveis fósseis no exterior: existe potencial vulnerabilidade frente a eventual instabilidade política em alguma região produtora; e há complexidade de prover segurança das linhas de fornecimento de variadas extensões.

Os principais modais de transporte de petróleo e gás importados pela RPC são dutovias e hidrovias marítimas. As dutovias conectam os países produtores da Ásia Central e da Rússia à RPC. A maioria dos países a fornecer óleo e gás para ela faz parte da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX). Esta organização reúne o Cazaquistão, o Quirguistão, a RPC, a Rússia, o Tadjiquistão e o Uzbequistão. Os dutos de óleo e gás estendidos da Ásia Central e da Rússia são ligados aos existentes no interior da RPC. A Organização reforça os laços políticos e comerciais dos países membros. Trata-se de um instrumento fundamental a contribuir para a segurança energética da RPC, pois enseja a manutenção da estabilidade política na região. Afinal, os Estados que acompanham a RPC na Organização fizeram parte da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); ainda há especial ligação daqueles países localizados na Ásia Central com a Rússia. Por meio da OCX a RPC tem, ainda, condições de projetar a sua influência sobre a Ásia Central.

As hidrovias marítimas – ou linhas de comunicação marítimas (LCM) – apresentam duas vulnerabilidades para a RPC: extensão; e pontos de estrangulamento, ou *choke points*. São eles: Estreito de Bab el Mandeb que liga o Mar Vermelho ao Golfo de Aden; o Estreito de Ormuz, entre o Golfo Pérsico e o Mar da Arábia; e o Estreito de Málaca que conecta o Oceano Índico ao Mar do Sul da China. Segundo o Departamento de Defesa dos EUA, utilizando-se do Relatório Anual para o Congresso, referente ao desenvolvimento militar e de segurança da RPC, ano de 2014, 82% de todo o petróleo e 30% de todo o gás que transita do Oceano Índico para o Mar do Sul da China (MSCh) passam por Málaca. Uma interrupção nesse estreito obrigaria os navios a transpo-

23 US Energy Information Administration.

rem uma das duas passagens mais ao sul na Indonésia, Lombok ou Sunda, com acréscimo de aproximadamente três dias de viagem. Se essas passagens também forem bloqueadas, os navios teriam que contornar a Austrália, com aumento médio de quinze dias em trânsito. Acarretaria aumento de custos no transporte da carga e do seu seguro.

Uma iniciativa chinesa para mitigar a vulnerabilidade no Estreito de Málaca foi a parceria firmada com Mianmar: um conjunto de dutos transporta óleo e gás do litoral deste último até a província chinesa de Yunan. Dessa forma, os navios chineses transferem a carga para as instalações no litoral de Mianmar sem necessitarem transitar pelo Estreito. Por meio de dutos domésticos, a RPC distribui os produtos brutos ou já beneficiados em refinarias das províncias para todo o território. Outra iniciativa chinesa está no acordo com o Paquistão: a RPC adequa o porto de Gwadar para receber a carga de petróleo e gás dos navios e, em seguida, transportá-los por dutovia para a RPC. Seriam, mais uma vez, evitadas as passagens indonésias, facilmente bloqueadas por forças militares adversárias ou por acidentes à navegação ocorridos ali.

A RPC utiliza também as LCM para importar minério de ferro, fundamental para a sua indústria. A produção doméstica chegou a 1,32 bilhões de ton. em 2013, enquanto a australiana alcançou no mesmo ano 530 milhões de ton., e a brasileira, 386,27 milhões, naquele ano segundo sumário do Departamento Nacional de Produção Mineral brasileiro, elaborado pelo técnico Carlos de Jesus. Contudo, de acordo com este, o Brasil pode ser considerado o segundo maior produtor se for considerado o teor médio do minério de ferro, isto é, a quantidade de minério obtida em uma tonelada de material extraído. Consoante esse critério, a produção chinesa real seria de 390 milhões de ton. Explica-se, assim, a voracidade chinesa por importar minério de ferro, em especial da Austrália e do Brasil.

Forças de Defesa Chinesas

Para garantir o fornecimento de óleo e gás importados, a RPC vem desenvolvendo a sua indústria de defesa. Na medida em que as necessidades domésticas de insumos de energia aumentam, as importações crescem. O Relatório para o Congresso norte-americano citado acima analisa o Exército Popular de Libertação (EPL) da RPC nas suas vertentes naval, terrestre e aérea. Com orçamento oficial de US\$ 136,3 bilhões²⁴, o EPL procura dotar-se de

²⁴ Vale observar que o quantitativo orçamentário oficial é suplementado por receitas advindas de atividades não militares, como, por exemplo, empreendimentos em hotéis e em operadoras de telefonia pertencentes às forças militares.

meios para contribuir para a segurança energética chinesa. Afinal, nos dias de hoje, as históricas preocupações chinesas com as invasões dos bárbaros do entorno transformaram-se na inquietação permanente com a disponibilidade de insumos de energia para o seu parque industrial e o transporte. Trata-se, pois, de a RPC precaver-se de eventuais restrições das suas importações de óleo e gás.

Há que se notar, contudo, a distinção entre a operacionalização da segurança das linhas de fornecimento terrestres originárias da Ásia Central e a das LCM. As dutovias correm por territórios pertencentes à quase totalidade dos membros da OCX. Neste caso, pode-se afirmar que a segurança é alcançada por intermédio dessa Organização; as responsabilidades assumidas pelos seus membros ensejam a inferência de que segurança chinesa no fornecimento de óleo e gás repousa nesse ambiente institucional. Uma conclusão parcial é a de que o transporte de energia por meio das dutovias não requer permanente pronto emprego de força militar. O ambiente institucional proporcionado pela OCX aponta, em princípio, para a utilização de instrumentos não militares chineses, caso haja eventuais problemas na Ásia Central.

No caso das LCM, as características e a magnitude da proteção implicam na contribuição do EPL. Os Estados que costeiam o MSCh têm diferentes posturas em face da Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (CNUDM)²⁵, conhecida também como Convenção da Jamaica, de 10 de dezembro de 1982²⁶. A Convenção é um regime internacional importante, mas as iniciativas de alguns dos Estados da região mostram que o ambiente no MSCh é de instabilidade. Pelas LCM daquele mar transitam navios que demandam a portos dos diferentes países do sudeste asiático e do Extremo Oriente. Respeitante à RPC, 85% de todo o petróleo importado e 33% de todo o gás passam pelas suas LCM, de acordo com o mencionado Relatório Anual para o Congresso norte-americano, de 2014. E há jazidas petrolíferas comprovadas, em especial nas imediações dos arquipélagos Paracel e Spratly.

Embora a RPC tenha ratificado a Convenção em 7 de junho de 1996 (Austin 1998, 54 et seq.), Pequim tem insistido que a RPC tem soberania²⁷ sobre quase todo o MSCh. A soberania reclamada baseia-se na História. Segundo Austin, o levantamento cartográfico realizado por ocasião das viagens do

25 Em inglês: United Nations Conventions on the Law of the Sea (UNCLOS).

26 A CNUDM entrou em vigor em 16 de novembro de 1994, como está no Art. 1º do Decreto Presidencial nº 1530 de 22 de junho de 1995. Este Decreto informa também que o Brasil ratificou a convenção em 22 de dezembro de 1988.

27 O termo soberania empregado neste artigo é o do tipo vestfaliano, conceito apresentado por Krasner (1999, 9) para significar que as decisões das autoridades domésticas não aceitam influência de atores externos sobre área submetida somente às leis nacionais.

almirante chinês Zheng He, no século 15, seria argumento para fundamentar tal reclamação. A investigação de Pinotti (2015, 43) sugere que a demanda chinesa por soberania no MSCh teria origem anterior, na dinastia chinesa Xia, que governou entre 2100 a.C. e 1600 a.C. Pinotti também verifica que o Vietnã avoca a História para defender soberania sobre as Paracel e as Spratly. Observe-se que o Vietnã também ratificou a CNUDM, em 25 de julho de 1994, de acordo com a Divisão de Assuntos Oceânicos e da Lei do Mar da ONU²⁸.

Outros Estados costeiros ao MSCh também rivalizam com a RPC com respeito àquele Mar. As reivindicações baseadas na História desafiam a observação da CNUDM. E as soberanias reivindicadas por esses são causa de contenciosos que geram frequentes fricções com a RPC. Mas a Convenção sugere caminhos pacíficos para solucionar disputas, especialmente nos artigos 287 e 298. A RPC declarou, em 25 de agosto de 2006 que mantém a sua interpretação sobre a soberania referente às ilhas dos arquipélagos Paracel e Spratly, como está no documento da Divisão de Assuntos Oceânicos citado acima. De fato, a CNUDM sugere que disputas respeitantes a sobreposição de áreas marítimas devem ser resolvidas, de início, bilateralmente; se não houver acordo, devem ser consultadas instâncias independentes que constam do Art. 287 da Convenção. Portanto, a CNUDM orienta as partes para solucionarem as suas disputas por meio pacífico. Mas fricções têm sido notadas. Somente 2014 a RPC gerou tensões com as Filipinas por causa da presença de nacionais de ambas nas Spratly, em especial nos baixios chamados Second Thomas. Com a Malásia o contencioso está por conta dos baixios Reed Bank, nas proximidades de Bornéu. E com o Vietnã, no mesmo ano, o Relatório do Departamento de Defesa dos EUA ao Congresso, em 2015, conta nove eventos de tensão nas Paracel.

Além dos Estados costeiros ao MSCh, a RPC experimenta desconforto com os EUA. O Congresso dos EUA não ratificou a CNUDM. Além disso, os norte-americanos mantêm acordos militares com Estados da região, como a República da Coreia e o Japão. São dois outros importadores de petróleo que utilizam quase exclusivamente as LCM do MSCh para o transporte. A presença de navios e aeronaves da Marinha norte-americana nas suas águas tem gerado tensões na região. O Relatório citado no parágrafo anterior menciona um caça da MEPL que interceptou uma aeronave de patrulha marítima da Marinha dos EUA, colocando ambas em condições de risco.

Outro Estado que se apresenta no MSCh é a Rússia. A Marinha russa utiliza as LCM daquele mar para que os seus navios possam transitar entre as bases de Sebastopol, na Criméia, e de Vladivostoc, no extremo leste do país. O

28 Em inglês: Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea.

ministro de defesa adjunto da Rússia anunciou, em Singapura, a 30 de maio deste ano, que a sua marinha participará de exercícios navais no MSCh em 2016 com a marinha de Brunei. Declaradamente, ele ressaltou que a presença da marinha russa naquelas águas serve para marcar presença, mostrar bandeira e, assim, contrabalançar a presença da marinha dos EUA. O ministro afirmou também que os norte-americanos adotam políticas contrárias às da Rússia e às da RPC²⁹. A presença russa no MSCh não pode ser vista como uma ameaça. A RPC é importadora de tecnologia militar russa. A Marinha do EPL (MEPL) e a Força Aérea do EPL (FAEPL) têm aeronaves de fabricação russa nos seus inventários³⁰ e Mizokami (2015) noticia a aquisição dos novos submarinos da classe Yasen pela RPC à Rússia. Ou seja, a RPC depende, parcialmente, da aquisição de material de defesa russo.

O MSCh é, pois, importante para os países da região. As LCM vitais para eles, a perspectiva de exploração petrolífera e de gás, e a pesca, fonte de alimentação para as populações asiáticas realçam o interesse de todos pelas suas águas e ilhas ali existentes. A RPC alinha o EPL como instrumento para usar nessa área marítima se for necessário. E o braço naval, isto é, a MEPL é o mais indicado para operar naquele mar, apoiado pelas aeronaves quando se fizer necessário. Assim, a MEPL possui três esquadras, cujas bases são: a Esquadra do Norte em Qingdao, a mais próxima de Pequim; a do Leste, em Dinghai; e a do Sul, em Zhan Jiang, frente à ilha-província de Hainan. Os submarinos nucleares estão concentrados na Esquadra do Norte; as demais possuem submarinos convencionais. As Esquadras possuem também fragatas, contratorpedeiros, navios próprios para lançarem fuzileiros navais para terra, e navios patrulha dotados de mísseis. A MEPL tem ainda no seu inventário um porta-aviões. Ele tem operado até agora com o propósito de integrar satisfatoriamente o binômio navio-aeronave.

A parte terrestre do EPL tem as suas grandes unidades aquarteladas no leste e meio leste do país. Decorre este posicionamento da menor preocupação com ameaças originárias dos Estados vizinhos. No plano doméstico, a região leste concentra a maior riqueza econômica da RPC, tanto industrial quanto agrícola – as terras agricultáveis situam-se a leste e no sul - e a maior parte da população está nessa parte do território. O discurso recorrente tem por alvo a ilha de Taiwan, considerada por Pequim como província rebelde. Estremecimentos existem cada vez mais espaçadamente, provavelmente em decorrência do diálogo mais intenso de autoridades de ambos os lados do Estreito de Taiwan. O posicionamento das forças terrestres na parte oriental do

29 Notícia veiculada no sítio da Sputniknews.

30 Há vasta literatura sobre o tema. Pode ser acessado o artigo de Felix Chang em página do Foreign Policy Research Institute.

país reflete ainda antiga preocupação com eventual fortalecimento das forças de defesa japonesas.

A FAEPL, da mesma forma que a vertente terrestre, tem as suas bases localizadas no leste. As preocupações que orientam este posicionamento são os mesmos para força terrestre. As aeronaves da FAEPL sintonizam as suas operações com as da MEPL, cujas bases se situam nos arredores das esquadras. A FAEPL está preparada para apoiar operações navais sobre parte do MSCh e tem como adversário mais próximo a Força Aérea da República da China, isto é, Taiwan. A superioridade aérea local sobre o Estreito, ainda hoje, pertence à Força Aérea da ilha. Parte-se do pressuposto que eventual invasão de Taiwan só poderia partir do mar; logo, a dificuldade para os invasores repousaria nas ações aéreas da ilha. Há discreto apoio logístico norte-americano às forças militares de Taiwan, de acordo com o Taiwan Relation Act, de abril de 1979.

Pode-se afirmar que, das vertentes do EPL, a MEPL tem, de fato, a maior responsabilidade quanto ao provimento, por parte do governo, da segurança alimentar e da segurança energética. As LCM próximas percorrendo áreas disputadas, como as do MSCh, e as exteriores a esse mar cada vez mais extensas determinam que essa marinha tem que estar preparada para defender os interesses da RPC e as dimensões da segurança. Não é sem razão que se verifica um esforço mais intenso em dotar a MEPL de meios navais e aeronavais para a missão. O engajamento da MEPL na proteção das LCM que correm ao longo da costa oriental africana contra piratas, nas proximidades do chifre da África é uma forma de treinar as guarnições para executar tarefas mais complexas. A hipótese de ser instalada uma base naval chinesa em Djibuti pode ser indício de expansão do apoio distante. Visitas a países costeiros ao Atlântico Sul, com longas travessias e permanência no mar reforçam o argumento.

Ainda no campo da defesa, deve-se lembrar que o inventário nuclear terrestre é da responsabilidade da Segunda Força de Artilharia. Lá estão os mísseis convencionais de alcance de 200 quilômetros (km) que protegem o território chinês até os que alcançam 3300 km, a alcançarem todas as ilhas indonésias, grande parte da Índia, o Irã, a Rússia e o Estreito de Bering. Também constam os mísseis intercontinentais balísticos cujos alcances vão de 1750 km até 13000 km, estes cobrindo até a América do Sul. Evidentemente todo esse aparato nuclear tem esses alcances de projeto. São de fundamental importância os sistemas de controle desses mísseis, cuja confiabilidade não se conhece. Igualmente não se tem informações confiáveis sobre a autonomia de concepção, projeto e fabricação locais de todos os componentes.

O Projeto Estratégico de Xi Jinping

Xi Jinping está ciente das dependências de importação de alimentos e de energia para atender a demanda interna na RPC. A sua interpretação do termo “segurança” aproxima-se do entendimento de Barry Buzan *apud* Mutimer (1999, 79). Buzan decompõe a segurança em cinco dimensões: militar; política; econômica; social; e ambiental. Pode-se comprovar esta afirmação ao lermos o discurso do presidente chinês na primeira reunião do Conselho de Segurança Nacional, em 15 de abril de 2014 (XI Jinping 2014, 242). O título é sugestivo: “Persistir em uma visão holística sobre a segurança nacional e desenvolver a segurança nacional com características chinesas”. Ele afirma que

devemos persistir em uma visão holística sobre a segurança nacional, ter a segurança do povo, a segurança política e a segurança econômica como princípio, ponto essencial e base, respectivamente. Precisamos ainda tomar a segurança militar, cultural e social como garantia, apoiando-nos na promoção da segurança internacional e abrindo um caminho de segurança nacional com características chinesas.

E adiante Xi Jinping reforça os seus argumentos ao recomendar “estabelecer um sistema de segurança nacional que integre a segurança política, territorial, militar, econômica, cultural, social, científica e tecnológica, dos recursos e da energia nuclear”. Do leque de dimensões de segurança visualizado por Xi Jinping, a econômica confere condições para que, por exemplo, a militar e a social possam ser obtidas. Ou seja, a garantia das importações de alimentos e de energia depende da segurança econômica. Mas, sem a segurança militar, mesmo dispondo da econômica, a RPC poderia experimentar constrangimentos em assegurar a satisfação da demanda interna complementada por importações, especialmente os produtos transportados por via marítima. Com efeito, as dimensões de segurança são interdependentes.

É razoável, portanto, o desenvolvimento do EPL, principalmente da sua Marinha. No sistema político Partido-Estado, a afirmação de Xi³¹ é emblemática: “Devemos adotar como principal prioridade a educação ideológica e política para que a concepção de direção absoluta do Partido sobre as Forças Armadas se enraíze nas mentes dos oficiais e soldados”. E adiante assevera “É necessário fortalecer a construção partidária nas Forças Armadas, assegurando o comando do Partido sobre as tropas no sentido ideológico, político e organizacional”. As decisões referentes às Forças Armadas são da alçada do Comitê Central do Partido e da Comissão Militar Central. A missão do EPL é

31 Xi Jinping op. cit. p. 262.

defender o país e o PCCh. Os discursos de Xi Jinping refletem exatamente a concepção do sistema político chinês.

A idealização da Rota da Seda foi apresentada por Xi Jinping³² no ano de 2013. Em setembro, ele deu a conhecer o Cinturão Econômico da Rota da Seda, em discurso na Universidade Nazarbayev, Cazaquistão. Não deixa de enfatizar o reforço dos laços de confiança mútua proporcionado pela OCX. Esse Cinturão Econômico visa, portanto, contribuir para que os dutos que transportam óleo e gás para a RPC não sejam afetados. Ainda em 2013, no mês de outubro, Xi discursou no Congresso Nacional da Indonésia sugerindo a construção conjunta da Rota da Seda Marítima no Século XXI³³. A referência institucional onde repousaria a construção seria a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, em inglês)³⁴. Isto é, os instrumentos institucionais – OCX e ASEAN – ofereceriam legitimidade para a política multinacional chinesa; mas com vista a contribuir para a garantia da segurança alimentar e da segurança energética. Pode-se afirmar que a Rota Marítima não se limitará ao MSCh, mas se estenderá aos oceânicos Índico e Atlântico.

Como fonte de financiamento de infraestrutura nas regiões de interesse, em sintonia com a Rota Marítima, foram criados o Banco de Investimento na Infraestrutura Asiática e o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS³⁵. O primeiro deles poderá ajudar a RPC a criar vínculo na configuração ASEAN +1. E auxiliará a atenuar os contenciosos no MSCh, onde há interesses ligados à exploração de petróleo, pesca e acompanhamento do trânsito marítimo. O Novo Banco dos BRICS fomentará a execução de projetos de infraestrutura úteis ao escoamento de matérias primas de interesse da RPC nos países africanos e ibero-americanos. E a MEPL está sendo fortalecida para contribuir para proteger as LCM de interesse da RPC, mesmo as mais extensas.

Pode-se afirmar, portanto, que as duas Rotas da Seda se constituem nos objetivos estratégicos da RPC; e a Grande Estratégia para a obtenção desses objetivos fundamenta-se positivamente: na OCX para a vasta área terrestre da Ásia Central; e na criação do Banco de Investimento na Infraestrutura Asiática e do Banco dos BRICS para favorecer o atendimento das necessidades chinesas transportadas pelo mar. O vigor do estabelecimento de acordos e a velocidade com que os investimentos chineses viabilizam as obras de infraestrutura parecem demonstrar a determinação de Pequim em manter a sa-

32 Idem, p.345.

33 Ibidem, p. 351.

34 A ASEAN é uma zona de livre comércio, com vocação para mercado comum, que reúne Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar Tailândia e Vietnã.

35 Acrônimo criado por Jim O'Neill, economista inglês do banco Goldman Sachs, para designar Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

tisfação interna sem qualquer tergiversação. O PCCh certamente percebe nos tempos atuais os históricos desafios dos precedentes governantes do Império do Meio. E o presidente Xi Jinping sabe que a sua Grande Estratégia deve oferecer instrumentos para que os parceiros da RPC possam comungar com ela um diálogo fundamente cooperativo. Isto é vital para a RPC.

As Relações Sino-Brasileiras

O Brasil e a RPC estabeleceram relações diplomáticas em 15 de agosto de 1974 (Cervo e Bueno, 425). O conceito de diplomacia adotado pelo governo brasileiro era chamado “diplomacia responsável”. Tal conceito, segundo Oliveira (2005, 149), “passou a ser projetada como pragmática, ecumênica e responsável”, isto é, não intervenção em assuntos alheios, procurava acompanhar a realidade internacional como ele se apresentava, e depositava a responsabilidade na ética. O conceito orientou também a abertura de relações diplomáticas do nosso País com vários países recém- independentes, dentre os quais as antigas colônias portuguesas. Retomou-se, na ocasião, uma vocação manifestada no governo Jânio da Silva Quadros, quando o chanceler Francisco Clementino San Tiago Dantas gravou o conceito de política externa independente (PEI). Ambas as políticas têm nos dias de hoje a versão Sul-Sul.

Apesar de se estar em plena guerra fria, o alcance do estabelecimento das relações Brasil-RPC mostrou-se exitoso. Afinal, os dois Estados comungam princípios de política externa muito próximos. Cabral (2010, 195) comenta que o Brasil defende os princípios da autodeterminação, igualdade e benefícios recíprocos entre Estados, independência, não intervenção, e soberania nacional. Do seu lado, a RPC enfatiza os “Cinco Princípios da Coexistência”, isto é, coexistência pacífica, igualdade e benefícios recíprocos, não agressão, não intervenção em assuntos internos, e respeito à soberania e integridade. Há, portanto, condições objetivas para que os dois países possam aprofundar as suas relações porque usam uma linguagem diplomática orientada por princípios similares.

Ao longo do tempo, foram instituídos o Conselho Empresarial Brasil-China (2004); em 2006, a Comissão Sino-Brasileira de Alto nível de Concertação e Cooperação (COSBAN); o Diálogo Estratégico (2007); e em 2008 foram criados o Diálogo Financeiro Brasil-China e a Agenda China para a área comercial. Os desdobramentos vêm ocorrendo com velocidade crescente, à mercê dos interesses mútuos e das oportunidades nascentes. A criação do já citado Banco dos BRICS é um vetor de financiamento importante e poderá alavancar iniciativas em diferentes campos, como infraestrutura, C&T

e implantação de novas plantas industriais. Possivelmente contribuirá para dinamizar empreendimentos como a fábrica da Empresa Brasileira de Aero-náutica (EMBRAER) instalada na RPC, e desenvolver novas versões do *China Brazil Earth Resources Sateillites* (CBERS).

Mas é no campo comercial que se verifica maior assimetria entre os dois países. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, o Brasil foi o 17º destino das exportações chinesas entre janeiro e setembro de 2014, com total de US\$ 37 bilhões e o sétimo na origem como origem das importações da RPC, com US\$ 40 bilhões no mesmo período. A assimetria não reside exatamente nos valores envolvidos ou no saldo/déficit realizado. A fonte de preocupação do governo brasileiro e da iniciativa privada nacional está na dissimetria qualitativa da pauta comercial. O nível tecnológico inerente aos produtos aponta para um agudo primarismo dos itens exportados pelo Brasil. A derivada é o encolhimento do setor industrial nacional em face da concorrência dos produtos chineses. Os quadros abaixo mostram essas relações no comércio dois países.

Principais produtos exportados para a RPC, em milhões de dólares norte-americanos, período janeiro-setembro de 2014.

Descrição	2013 Valor	2013 part. % no total	2014 (jan./ set.) valor	2014 part. % no total
Soja em grãos e sementes	17.148	37,3%	16.616	40,9%
Minérios	16.394	35,6%	12.709	31,3%
Combustíveis	4.035	8,85%	3.474	8,6%
Pastas de madeira	1.582	3,4%	1.711	4,2%
Açúcar	1.433	3,1%	880	2,2%
Peles	643	1,45	826	2,05%
Ferro e aço	597	1,3%	530	1,3%
Carnes	446	1,0%	521	1,3%
Gorduras e óleos	625	1,45%	421	1,0%
Tabaco, sucedâneos	454	1,05%	334	0,8%

Fonte: MRE/DPR/DIC com base nos dados do MDIC/SECEX.

Principais produtos importados da RPC, em milhões de dólares norte-americanos, período janeiro-setembro de 2014.

Descrição	2013 Valor	2013 part. % no total	2014 (jan./set.) valor	2014 part. % no total
Máquinas elétricas	10.869	29,15%	10.898	29%
Máquinas mecânicas	8.132	21,85%	7.151	19,1%
Produtos químicos orgânicos	2.184	5,9%	2.232	6,0%
Ferro e aço	978	2,6%	1.388	3,7%
Plásticos	1.006	2,7%	1.070	2,9%
Automóveis	1.034	2,8%	1.002	2,7%
Obras de ferro e aço	1.017	2,75%	978	2,6%
Vestuário exceto de malha	884	2,4%	935	2,5%
Filamentos sintéticos ou artificiais	745	2,05%	809	2,2%
Instrumentos de precisão	789	2,15%	780	2,1%

Fonte: MRE/DPR/DIC com base nos dados do MDIC/SECEX.

É correto afirmar que a modernização do campo brasileiro exigiu melhor capacitação da mão-de-obra e sofisticação tecnológica e melhor gestão no comércio dos produtos primários brasileiros. A mecanização da lavoura implicou, por outro lado, na redução quantitativa dos trabalhadores rurais. Mas os quadros mostrados demonstram que a pauta de importação brasileira de manufaturados compete e pressiona o nosso setor industrial. Trata-se de desafio posto há alguns anos para o binômio governo-iniciativa privada brasileiro. Os manufaturados chineses ocupam um amplo leque de produtos, desde simples eletrodomésticos até automóveis. A sofisticação da nossa produção agrícola e de lavra de minérios levada aos chineses representa dois terços da pauta exportadora; e o produto agrícola é, praticamente, um só.

Considerações Finais

A existência de um setor industrial razoavelmente sofisticado no Brasil aponta para uma diferenciação nas relações entre a RPC comparativamente àquelas que os chineses exercitam com Estados africanos. O modelo angolano, que foi adotado por outros países daquele continente não é adequado para o nosso País. Não podemos regredir a um *status quo ante*, do século XIX e primeiras décadas do século passado, quando se dizia que o Brasil era um País de vocação agrícola. A infraestrutura foi instalada visando a exportação desses bens primários. A injeção de recursos chineses na realização de projetos que contemplem exportação de bens primários parece um retrocesso. Sabemos ser do interesse direto da RPC, em face das suas carências. O governo chinês tem demonstrado que tem objetivos nacionais estratégicos claros e persegue uma Grande Estratégia para atingir esses objetivos.

O desenvolvimento de iniciativas na infraestrutura brasileira tem que comungar interesses dos dois lados. Não é razoável que elas tenham por fim principal o transporte de *commodities*. O próprio exemplo chinês do passado, quando os produtos exportados não geraram progresso industrial deveria – guardada a distância do tempo – alertar para o que ocorre hoje no Brasil. A RPC buscará o que necessita com lastro na cooperação. Logo, é interessante alargar o horizonte brasileiro a descortinar a diversificação da pauta na nossa relação com os chineses. Parece claro que exigirá esforço hercúleo para cobrimos o *gap* tecnológico, de modo a que reduzamos as assimetrias que observamos diante dos chineses. Dentro do ambiente cooperativo, teremos que ser criativos para equilibrarmos a qualidade das relações nas diferentes dimensões.

Ficou demonstrado que a RPC necessita ser cooperativa, em um ambiente internacional nem sempre estável. A busca chinesa por exercer soberania sobre áreas marítimas disputadas explica o cuidado do PCCh em desenvolver o EPL, em especial a MEPL. Com efeito, a busca por alimentos e energia está mais complexa, porque distante. No ambiente do Atlântico Sul, é crível inferir a futura presença de navios da MEPL. Há exercício cooperativo da RPC com Estados africanos e sul-americanos. Mas é necessário reconhecer que há algumas diferenças de leitura entre a RPC e os EUA, como se observa no MSCh. O desenvolvimento de eventual instabilidade no Atlântico Sul não é útil para a RPC nem para o Brasil. Dada a proximidade de princípios norteadores das políticas externas de ambos, dentro da relação Sul-Sul, é útil que nos antecipemos, de modo a evitar contenciosos na região. É uma tarefa a ser executada pela diplomacia.

REFERÊNCIAS

- Alvin, Cheng-Hin Lim. 2015. "Latin America China's 'New Normal' – Analysis". *Eurasia Review*. Accessed May 28, 2015. <http://www.eurasiareview.com/28052015-latin-america-and-chinas-new-normal-analysis/>.
- Austin, Greg. 1998. *China's Ocean Frontier: International law, military force and national development*. Camberra: Allen & Unwin.
- Babones, Salvatore. 2015. "Trade and Trouble: What China can learn from 1640 economic bust". *Foreign Affairs*. Accessed June 7, 2015. <http://www.foreignaffairs.com/articles/china/2015-06-07/trade-and-trouble>.
- Bergère, Marie-Claire, Lucien Bianco, and Jürgen Domes. 1990. "La Révolution culturelle et les crises de succession (1966-1976)". In: *La Chine au XXe Siècle: de 1949 à aujourd'hui*, 61-87. Paris: Fayard.
- Brautigam, Deborah. 2009. *The Dragon's Gift: the real story of China in Africa*. New York: Oxford University Press.
- Cabral, Severino. 2010. "As Relações Brasil-China e os Desafios do Século XXI". In *O Século da China*, by Argemiro Procópio (ed.), 185-202. Curitiba: Juruá.
- Cervo, Amado Luiz, e Clodoaldo Bueno. 2002. "Meios e resultados do pragmatismo em política externa (1967-1979)". In *História da Política Exterior do Brasil*. 2. ed., 397-425. Brasília: UnB.
- Chang, Felix K. 2012. "China's Naval Rise and the South China Sea: An operational assessment". *Foreign Policy Research Institute*. Accessed June 08, 2015. <http://www.fpri.org/print/246>.
- Cheng, Anne. 2008. "A Aposta de Confúcio no Homem". In *História do Pensamento Chinês*, 63-99. Petrópolis: Vozes.
- Confúcio. 1997. *Analetos*. São Paulo: Pensamento.
- Diegues, Antonio Carlos Sant'Ana. 2002. "Bacia Amazônica". In *Povos e Águas: inventário de áreas úmidas*. 2. ed., 71-194. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP.
- Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. United Nations. Declarations or Statements upon UNCLOS ratification. Accessed June 2, 2015. http://www.un.org/depts/los/convention_declarations.html.
- Fairbank, John King, and Merle Goldman. 2006. "A Primeira Unificação: o confucionismo imperial". In *China: uma nova história*, 60-81. Porto Alegre: L&PM.

- Foschete, Mozart. 2001. *Relações Econômicas Internacionais*. São Paulo: Aduaneiras.
- Gao, Wenqian. 2011. “A Batalha Final”. In *Zhou Enlai: o último revolucionário perfeito*. 317-378. Rio de Janeiro: Record.
- Gipouloux, François. 2007. “A Longa Marcha do Campesinato Chinês”. In *A China do Século XXI: uma nova superpotência?*, 61-100 Lisboa: Instituto Piaget.
- Howlett-Martin, Patrick. 2009-2010. “Chine-Brésil, une alliance fragile”. *Monde Chinois* 20 Hiver: 85-88.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *China*. Accessed January 10, 2015. http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php.
- Jesus, Carlos Antônio Gonçalves de Ferro. 2014. *Departamento Nacional de Pesquisa Mineral*. Sumário 2014. Accessed April 14, 2015. <http://www.dnpm.gov.br/dnpm/sumarios/ferro-sumario-mineral-2014>.
- Krasner, Stephen D. 1999. *Sovereignty*. Princeton: Princeton University Press.
- Lau, Lawrence J. et al. 2015. *The Economic Relationship between the Mainland and Hong Kong*. Hong Kong: Chinese University of Hong Kong; Stanford University. Accessed March 12, 2015. http://www.igef.cuhk/igef_media/people/lawrencelau/presentations/english.
- Martin, Michael E. 2007. “Notas, Reforma e Abertura”. In *A China de Deng Xiaoping: o homem que pôs a China na cena do século XXI*, 281-310. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Mazzetti, Fernando. 2000. “O fim da dinastia”. In *De Mao a Deng*, 79-89. Brasília: UnB.
- Mizokami, Kyle. 2015. “National Interest: China precisa cada vez mais das armas russas.”. Sputnik News. Accessed May 31, 2015. <http://br.sputniksnews.com/defesa/20150531/1171454.html>.
- Moura, José Augusto Abreu de. 2014. “A Defesa do Brasil”. In *A Estratégia Naval Brasileira no Pós-Guerra-Fria*, 87-159. Rio de Janeiro: FEMAR.
- Mutimer, David. 1999. “Beyond Strategy: critical thinking and the new security studies”. In *Contemporary Security and Strategy*, by Craig A. Snyder (Ed.), 77-97.. New York: Routledge.
- National Bureau of Statistics of China. 2014. Statistical Communiqué of the People’s Republic of China on the 2014 National Economic and Social Development. *Stats*. Accessed March 30, 2015. http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/201502/t20150228_687439.html.
- Naughton, Barry. 2007. “The Chinese Economy Before 1949”. In *The Chinese Economy: transitions and growth*, 33-54. Cambridge: MTI Press.

- Oliveira, Henrique Altemani. 2005. "A Política Externa nos Governos Militares". In *Política Externa Brasileira, 107-167*. São Paulo: Saraiva.
- Organization for Economic Cooperation and Development and Food and Agriculture Organization. 2015. *Agricultural Outlook 2013-2025 Highlights*. Accessed April, 10, 2015. [http://www.oecd.org/berlin/OECD-FAO%20Highlights_FINAL_with_Covers%20\(3\).pdf](http://www.oecd.org/berlin/OECD-FAO%20Highlights_FINAL_with_Covers%20(3).pdf).
- Pinotti, Talita de Mello. 2015. "As Relações entre China e Vietnã no Mar do Sul da China: perspectiva asiática de análise.". Master's Thesis. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brazil.
- Principal parceiro comercial desde 2009, China amplia investimentos no Brasil. *Portal Planalto*. Notícia a assinatura do Plano de Ação Conjunta 2015-2021. Accessed May 20, 2015. <http://www2.planalto.gov.br/2015/05/principal-parceiro-comercial-desde-2009-china-amplia-investimentos-no-brasil>.
- Rússia participará de exercícios navais no Mar do Sul da China. *Sputnik News*. Accessed May 31, 2015. <http://br.sputniknews.com/mundo/20150530/1168265.html>.
- Spence, Jonathan D. 1995. "O Primeiro Choque com o ocidente". In *Em Busca da China Moderna: quatro séculos de história, 155-174*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Swain, Michael D.; and Ashley J. Tellis. 2000. "Summary". In *Interpreting China's Grand Strategy: past, present, and future, ix-xiv*. Washington: Rand.
- Thorstensen, Vera. 2001. *Organização Mundial do Comércio*. 2. ed. São Paulo: Aduanearas.
- United Nations Organization. United Nations Conventions on the Law of the Sea. Accessed February 10, 2015. http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf.
- _____. Organization for Economic Co-operation and Development (OECD) and the Food Agricultural Organization (FAO). *Highlights 2013-2022*. Accessed May 10, 2014. [http://www.oecd.org/berlin/OECD-FAO%20Highlights_FINAL_with_covers%20\(3\).pdf](http://www.oecd.org/berlin/OECD-FAO%20Highlights_FINAL_with_covers%20(3).pdf).
- _____. *China*. Accessed April 10, 2015. <http://www.oecd.org/china/going-for-growth-china-2015.pdf>.
- United States Department of Agriculture. *World Agricultural Production*. Circular Series WAP 7-15, July 2015. Accessed July 10, 2015. <http://apps.fas.usda.gov/psdonline/circulars/production.pdf>.

- United States Department of Defense. *Annual Report to Congress: military and security developments involving the People's Republic of China* 2015. Accessed May 16, 2015. http://www.defense.gov/pubs/2015_China_Military_Power_Report.pdf.
- United States Energy Information Administration. *China*. Accessed July 10, 2015. http://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/China/china.pdf
- Visentini, Paulo Fagundes et. al. 2013. *A África e as Potências Emergentes: nova partilha ou cooperação sul-sul? A presença da China, do Brasil e da Índia*. Porto Alegre: Leitura XXI.
- Xi, Jinping. 2014. *A Governança da China*. Trad. China Radio International. Pequim: Editora de Línguas Estrangeiras Co. Ltd.
- Yang, Wangli. 2015. "Rural-urban income gap narrows". *China Daily*, Accessed April 22, 2015. http://www.chinadaily.com.cn/2015-04/22/content_20509439.htm.
- Yasheng, Huang. 2008. "Capitalism with Chinese Characteristics". In *Capitalism with Chinese Characteristics: entrepreneurship and the State*, 233-298. New York: Cambridge.

RESUMO

Este artigo versa sobre os desafios fundamentais percebidos pela República Popular da China (RPC): segurança alimentar e segurança energética. Eles são evidenciados pela demanda superior à produção doméstica. Esta relação obriga o Partido Comunista Chinês a estabelecer acordos com outros países para que possa equilibrar a oferta frente à procura. Os instrumentos utilizados pela República Popular da China para garantir o cumprimento dos acordos são institucionais e militares. Estes últimos são necessários para o exercício da soberania chinesa no Mar do Sul da China e para manter livres as linhas de comunicação marítimas. Em consequência, são examinadas as relações sino-brasileiras, em especial as mais recentes.

PALAVRAS-CHAVE

República Popular da China; Segurança Alimentar; Segurança Energética.

*Recebido em 7 de agosto de 2015.
Aprovado em 3 de setembro de 2015.*